

EDITORIAL:

Enquanto as discussões sobre a integração regional e a UNASUL sofrem com os atritos entre as diversas posições dos governos na América do Sul, especialmente a partir da intempestiva agressão da Colômbia ao território equatoriano, as negociações para um acordo na OMC voltam a dar sinais de vida.

Esses movimentos são curiosos, em função de ao menos dois elementos importantes no cenário internacional. O primeiro diz respeito à crise financeira internacional. Por que, em um momento de fortes flutuações financeiras, e uma crise que se propaga, resultado entre outros da liberalização financeira dos últimos 25 anos, o conjunto dos países deve aceitar mais liberalização (comercial) e portanto menos controle sobre seus balanços de pagamentos? Não estariam se arriscando a ficar... mais expostos ainda a propagação da crise? Além disso, em função do quadro eleitoral nos EUA, existe uma enorme indefinição naquele país, em um quadro de enormes incertezas sobre as perspectivas futuras, e um dos temas fortes de discussão, e eventual revisão, é exatamente a liberalização comercial e os tratados de livre comércio negociados nos últimos anos. Sem uma definição clara da maior economia do mundo é possível se visualizar algum acordo com algum futuro que possa ser desenhado?

O outro elemento diz respeito à prioridade até agora expressa pelo governo brasileiro sobre o processo de integração regional. O Brasil é a maior economia, e o país de maior extensão territorial e população na América do Sul. Tem se mostrado, entretanto, com pouca capacidade de fazer andar na região o que diz ser sua principal prioridade, especialmente no que diz respeito à institucionalidade e a formalização das relações de integração, além de ver o quadro de tensão crescer nas suas próprias fronteiras. Se o governo do Brasil, que expressa essa prioridade, não tem mostrado capacidade de fazer andar o processo, o que dizer de governos que colocam outras questões como prioridades em suas agendas nacionais de desenvolvimento?

Desta forma, é fundamental mais uma vez que os movimentos sociais da região se coloquem em ação frente a essas duas realidades, e com todas as dificuldades que existem neste momento. Em primeiro lugar, é importante mais uma vez dizer que os acordos que possam resultar das negociações internacionais de comércio neste momento, e que representam maior liberalização, mais descontrolado sobre as economias nacionais e, no caso das negociações em bens industriais, uma possível ampliação do desemprego, não interessa às maiorias sociais de nossos países. E se mobilizar neste sentido. Além disso, é preciso em toda região pressionar os governos, não só no sentido de fazer andar o processo regional de integração, como de fazer com que ele ande em sintonia com os interesses populares, como expressa a declaração do seminário sobre a UNASUL ocorrido no último mês de março, no Rio de Janeiro. Aparentemente, só a presença da sociedade pode fazer com que os vários governos nacionais saiam de suas posições emperradas, e busquem trabalhar a integração como uma efetiva estratégia de desenvolvimento para a região.

Integração Regional

Declaração Seminário UNASUL: interesses em disputa

Nós, redes, organizações, movimentos sociais e sindicais, reunidos no seminário "UNASUL: interesses em disputa", realizado no Rio de Janeiro, nos dias 12 e 13 de março de 2008, concluímos com os debates os seguintes pontos:

O processo de integração dos países da região vem sendo impulsionado com firmeza desde 2005, em especial depois da Cúpula de Mar del Plata, que enterrou a criação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA, promovida pelos Estados Unidos. Essa derrota é fruto de ampla mobilização e lutas de resistência dos povos da região, e a partir dos acúmulos destas lutas nos engajamos na construção de alternativas soberanas de integração dos povos. Este processo teve seu momento de síntese em Cochabamba, em dezembro de 2006, quando realizamos a Cúpula Social Pela Integração dos Povos e decidimos fortalecer os mecanismos de acompanhamento, incidência e disputa sobre os rumos da UNASUL.

Apesar dos povos terem obtido esta vitória, as estratégias comerciais, militares, diplomáticas, financeiras e políticas das grandes potências continuam ameaçando a integração soberana da região, que segue tencionada pelas negociações de TLCs bilaterais e acordos de investimentos com os Estados Unidos e a União Européia, somada aos interesses das corporações transnacionais na região, minando os esforços de construção de complementaridade regional.

Após a derrota da ALCA a conformação de uma comunidade de nações, expressa na UNASUL - União de Nações da América do Sul - vem se tornando uma das estratégias dos governos para a incorporação soberana da região nos âmbitos globais e pode vir a se constituir em um espaço de defesa dos interesses dos setores populares dos países envolvidos. Esse processo, no entanto, ainda não tem uma clara definição a favor dos interesses dos povos, o que indica a necessidade de disputarmos os rumos do mesmo, buscando alterar a lógica dos projetos em curso nas áreas de infra-estrutura, energia, transportes, telecomunicações e integração financeira, temas principais da agenda da

Agenda REBRIP e Parceiros

Abril

20 a 25/ 04 Fórum da Sociedade Civil na XII Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento - Gana

Maio

08 e 09 Reunião do GTPI

10 Reunião preparatória para Cúpula dos Povos do Sul

13 a 16 III Encontro do Enlazando Alternativas – Peru

23 Cúpula de Presidentes da UNASUL

Junho

05 a 07 Fórum Social da Tríplice Aliança

27 a 29 Cúpula dos Povos do Sul (a confirmar)

Agosto

Seminário: "Transnacionais na Cadeia Alimentar" GT Agricultura (a confirmar)

Outubro

07 a 12 III Fórum Social das Américas - Guatemala

Para a UNASUL se tornar um projeto transformador de integração, precisa se orientar pela primazia dos direitos humanos e coletivos, e incluir como princípios a soberania e segurança alimentar, a justiça sócio-ambiental, a criação de empregos de qualidade, os direitos dos migrantes, a universalização da educação pública e dos serviços públicos essenciais, a redistribuição da riqueza superando as desigualdades, inclusive as de gênero, raça e etnia. Estes temas devem ser priorizados e colocados no centro da agenda.

A constituição da UNASUL deve fortalecer a democracia e os interesses dos povos da região. As políticas comerciais e de investimentos a serem adotadas regionalmente devem ser norteadas pela transformação do modelo produtivo primário-exportador - que expande os monocultivos, agrava a concentração fundiária, atende aos interesses do agronegócio e as transnacionais a ele articuladas - em uma estratégia de desenvolvimento a serviço dos povos, a partir da construção de uma infra-estrutura orientada pelas demandas locais, nacionais e regionais, garantindo assim o equilíbrio sócio-ambiental e a intangibilidade dos territórios indígenas, quilombolas e de populações tradicionais.

Sobre energia, ratificamos os princípios, políticas e programas que constam na Declaração de Movimentos, Organizações e Redes Sociais e Sindicais por ocasião da 1ª Cúpula Energética Sul-Americana, realizada em Isla Margarita.

Sobre o Banco do Sul recentemente criado, esperamos que a UNASUL incorpore este debate em sua agenda como um mecanismo orientado não apenas ao financiamento de uma superação das assimetrias existentes entre os países sul-americanos e no interior dos mesmos. Para isso, é preciso que além de mecanismos efetivos de participação popular e transparência, os países membros façam um esforço proporcional ao tamanho de suas economias para a composição do capital do banco, ao mesmo tempo em que estabeleçam mecanismos equânimes para a tomada de decisões. A participação dos países, no entanto, não deve estar condicionada à disponibilidade de recursos. Neste sentido, qualquer iniciativa de financiamento ao desenvolvimento precisa romper com a lógica perversa do endividamento -seja ela Norte-Sul ou Sul-Sul - que fere a soberania e autodeterminação dos povos. Para garantir que isso ocorra, é preciso implementar uma auditoria das dívidas dos países da América do Sul e das Instituições Financeiras Multilaterais que devem ser responsabilizadas pelos graves erros cometidos, pelo crescimento das dívidas financeiras e das dívidas ecológicas, históricas e sociais das quais o Sul é credor, além de rever os tratados de investimento e a participação em instâncias como o CIADI.

Desde os movimentos e organizações sociais reivindicamos que os governos façam essa construção não somente com transparência e participação da sociedade civil, porém, mais do que isso, que reconheçam que os povos da região vêm desenvolvendo processos populares de integração que fortalecem a presença de homens e mulheres do campo e da cidade, camponeses, trabalhadores e trabalhadoras, povos originários, indígenas, juventude, em suma, toda a diversidade social, racial, étnica e de gênero de nosso continente nesta luta pela ansiada integração latino-americana e caribenha.

Rechaçamos de forma veemente a violação do território do Equador pelo governo da Colômbia, que em aliança com o governo dos Estados Unidos feriu vergonhosamente a soberania equatoriana e o Direito Internacional. Por um lado, a utilização do argumento da "guerra preventiva" e de tecnologias de uso militar norte-americano durante a invasão denunciam, sem sombra de dúvidas, a intervenção do governo dos Estados Unidos neste episódio. A desestabilização da região e em particular dos governos que buscam transformações profundas para seus povos, como também a regionalização do Plano Colômbia, são alguns dos principais objetivos da ação militar colombiana. Por outro lado, o rápido e claro apoio de todos os governos da região ao governo do Equador é demonstração objetiva da rejeição unânime à atitude de Álvaro Uribe e dos profundos laços que tanto a história comum como também o processo integrador vão construindo entre os países.

Acreditamos que as negociações da UNASUL devem avançar buscando aprofundar os laços históricos e políticos entre os países, o que inclui a solução dos conflitos por meios pacíficos, o restabelecimento das relações diplomáticas e uma saída política e de diálogo para o confronto.

A oportunidade histórica para avançar na construção da verdadeira integração soberana dos povos não pode ser desperdiçada e para tal a transparência e a participação social são cruciais. Ressaltamos que às vésperas da assinatura do Tratado Constitutivo da UNASUL os povos da região continuam sem conhecer seu conteúdo e seu Plano de Ação, contrariando a Resolução firmada entre os governos em dezembro de 2006, que afirma: "Na interação com a sociedade civil será levada especialmente em consideração à experiência adquirida na Cúpula Social de Cochabamba".

A partir da acumulação propositiva de nossas lutas de resistência nos comprometemos com a urgente construção de políticas alternativas.

Reafirmamos, pois, que a integração regional solidária, não somente é necessária, como também urgente.

Veja os participantes do seminário da UNASUL na página da REBRIP no endereço: www.rebrip.org.br

Próxima reunião de Presidentes da UNASUL

A próxima reunião de presidentes da UNASUL será realizada no Brasil no próximo dia 23 de maio, quando está prevista a assinatura do tratado constitutivo do Bloco. Segundo imprensa, a cidade que irá receber a reunião será o Rio de Janeiro.

Comércio Internacional

Novas tentativas de acordo sobre NAMA na OMC e o esgarçamento do G-20

A primeira quinzena de março desse ano foi marcada por novas tentativas de fazer andar de novo as negociações na OMC, agora buscando fazer caminhar o texto sobre bens industriais (Nama, no jargão das negociações). A tentativa aparenta ser capitaneada por EUA, União Européia e Brasil, que se reuniram algumas vezes, uma das quais em Londres, para tentar alinhar um texto a ser negociado com os demais parceiros.

O que está se desenhando está longe de ser divulgado, mas algumas informações saídas na imprensa brasileira falam em um corte de tarifas superior a 55% das linhas tarifárias, ou mais de 4,5 mil produtos (a aplicação do chamado “coeficiente 21”). Os efeitos vão depender obviamente das exceções, as chamadas linhas tarifárias a serem preservadas, talvez com algum mecanismo especial de proteção ao longo do tempo.

Algumas perguntas emergem desta discussão. A primeira diz respeito obviamente a transparência do processo, uma vez que o ambiente de sigilo cerca até aqui as conversas. Uma das grandes mudanças sinalizadas pelo Governo Lula no que diz respeito às negociações internacionais era a promessa de transparência, de evitar os ambientes turvos de onde os resultados que podem prosperar beneficiem a uns poucos em detrimento de muitos. Esse tipo de postura, que teve seu ponto alto no processo de negociação da ALCA, e que agora o governo brasileiro promete para o Mercosul e as negociações da integração regional fica evidentemente manchado por esse tipo de comportamento.

A segunda diz respeito a questão macroeconômica. Em um momento de forte turbulência nos mercados internacionais, câmbio nacional apreciado e dólar desvalorizando a nível mundial, maior liberalização na área de bens industriais significa uma perda maior de controle sobre os resultados do balanço de pagamentos, especialmente quando os EUA buscam ampliar suas exportações, e com a desvalorização do dólar estadunidense, seus produtos se tornam mais competitivos. Assim, em um momento em que o saldo de transações correntes do Brasil ficou de novo negativo, porque se deveria aceitar menos controle sobre o balanço de pagamentos?

A terceira diz respeito aos desafios do sistema multilateral de comércio nesse momento e à estratégia brasileira. Desde a reunião da OMC em Cancún, no México, em 2003, o Brasil tinha apostado em uma estratégia internacional que fortalecia o chamado G-20, grupo de países médios, no processo de negociação. Essa estratégia se mostrou acertada do ponto de vista de transformar particularmente Índia e Brasil em atores de primeira linha no processo de negociações internacionais de comércio. A pergunta é: porque em um momento em que os EUA estão absolutamente fragilizados para firmar qualquer acordo internacional, em função da maioria legislativa diferir politicamente do governo que se encerra no Executivo, e do processo eleitoral em curso, o Brasil deveria fazer esse movimento no cenário das negociações, fragilizando o G-20, já que alguns países, como (pelo menos) Índia e Venezuela se mostraram absolutamente desconfortáveis com o que está sendo negociado em Nama?

Finalmente, a existe a pergunta sobre o que o Brasil poderia ganhar em troca. E aí, vem à tona a questão agrícola: concessões em abertura na área de produtos agrícolas? Mas e como resolver a questão dos produtos sensíveis nessa área, sobre a qual não existe ainda consenso, e existe enorme resistência por parte dos países do G-33 (países menores). Por que interessaria também ao Brasil se indispor com os países do G-33?

Parece bastante complicada, especialmente dentro do contexto das estratégias internacionais do Governo Lula até aqui, apostar em uma estratégia que aparentemente teria mais ônus do que bônus. A quem ela serve afinal?

Radiografia da Rodada Doha

Por Kjeld jakobsen

A situação atual das negociações

Até o início de 2008, tudo indicava que a Rodada Doha não chegaria a uma conclusão com resultados concretos, em particular, o equilíbrio reivindicado pelo governo brasileiro e pelo G – 20 de redução de tarifas em NAMA em nível superior ao proposto pelos países desenvolvidos; redução de subsídios agrícolas domésticos dos EUA ao nível aproximado de US\$ 10,0 Bilhões por ano; eliminação dos subsídios europeus à exportação e redução tarifária dos produtos agrícolas em nível proporcional às reduções que viessem a ser definidas em NAMA.

Apesar desta expectativa não ter sido atendida até o momento, recentemente EUA, União Européia e Brasil fizeram uma reunião em Londres com o provável intuito de sondar a posição brasileira no que diz respeito as novas possibilidades de flexibilidade em NAMA.

O texto sobre agricultura continua limitado e vago e o de NAMA apresentou propostas de reduções tarifárias muito superiores às tradicionalmente admitidas pelo governo brasileiro e pelo grupo de países de industrialização relativa que fazem parte do G – 20, conhecido como NAMA – 11 que já as rejeitou duas vezes.

O presidente do Grupo de Negociação de NAMA apresentou uma proposta que previa uma Fórmula Suíça com coeficientes entre 19 e 23 com a possibilidade de excluir 5% das linhas tarifárias e importações, consideradas sensíveis ou vulneráveis, da aplicação da fórmula e além da redução de 50% da fórmula sobre outros 10%. O que for acordado seria retroativo à situação das linhas tarifárias em novembro de 2001.

Avaliação dos coeficientes:

O atual coeficiente em discussão, propõe uma variação entre 19 e 23 para os países em desenvolvimento e de 8 a 9 para os países desenvolvidos. Se aplicarmos a Fórmula Suíça (ver glossário) sobre as tarifas médias dos países em desenvolvimento (14%) e os desenvolvidos (3%), os cortes serão mais significativos para os primeiros. Se aplicarmos o coeficiente 23 para os países em desenvolvimento e 9 para os desenvolvidos, na fórmula suíça, a diferença entre os cortes é de 14,6. Se utilizarmos os coeficientes 19 para os países em desenvolvimento e 8 para os desenvolvidos na fórmula suíça, a diferença entre os cortes seria de 14,4. Sem entrar no mérito dos valores dos coeficientes, mas considerando que o mandato da Rodada Doha é o de contribuir para o desenvolvimento, os países desenvolvidos teriam que conceder mais, um conceito que se denomina de “reciprocidade menos que total”. Neste sentido, os membros do NAMA - 11 têm argumentado que os cortes são altos demais e que deveria haver uma diferença mínima de 25 entre os cortes dos dois grupos de países.

A aplicação dos coeficientes 19 e 23 significam cortes tarifários, respectivamente, de 60,9% e 56,5% e provocariam resultados sobre a tarifa consolidada média do Brasil de 29,9% de 11,7% (19) e 13% (23). Neste caso, o número de perfurações da TEC variaria entre aproximadamente 3.500 e 5.000 com maior impacto sobre as linhas tarifárias de calçados, setor automotivo, móveis, têxteis e vestuário, material de transporte, entre outros.

Avaliação sobre as sensibilidades

Como já foi mencionado, o texto propõe a exclusão de até 5% das linhas tarifárias e das importações que cada país membro considere como sensíveis à competição comercial, bem como aplicar apenas 50% da fórmula da redução tarifária sobre até 10% das linhas e comércio. Entretanto, não será permitido isentar capítulos tarifários inteiros. Estes números permitiriam no caso do Brasil e demais países do Mercosul isentar 441 linhas tarifárias e aplicar apenas 50% da fórmula sobre outras 882 linhas tarifárias, o que significa que poderia haver alguma exceção para no máximo 1.323 linhas.

Em particular no caso dos países do Mercosul, há um agravante que é a TEC, pois esta define a relação comercial do bloco com o resto do mundo e dificilmente os seus quatro membros adotariam os mesmos produtos como sensíveis.

Avaliação sobre os adendos do “Chair”

Sobre o tema sensibilidades, o Presidente (Chair) do Grupo de NAMA em fevereiro, abriu oito diferentes possibilidades que combinam coeficientes para a fórmula com diferentes possibilidades para isentar produtos sensíveis de reduções tarifárias ou então para que estas sejam menores. O objetivo desta iniciativa era provocar os países do NAMA 11 a reduzirem suas objeções aos números apresentados até então.

O governo brasileiro demonstrou interesse em analisar possibilidades no âmbito da opção 2, que é uma combinação de coeficientes com percentuais de linhas tarifárias sensíveis com total exclusão de cortes e com redução de 50% nos cortes. Esta alternativa não propõe flexibilidades se o coeficiente for 24. No entanto, propõe exclusão dos cortes para 10% das linhas e corte de 50% da fórmula para 5% delas no caso de coeficiente 21 e exclusão e 50% para, respectivamente, 14 e 7% das linhas na hipótese de adoção do coeficiente 19.

Transformando isto em percentuais de corte e quantidade de linhas tarifárias isenta de corte ou com corte de 50% da fórmula teremos:

Coeficiente 24 significa um corte de 55,5% e gera uma nova tarifa média consolidada de 13,3% provocando, aproximadamente, 3.000 perfurações da TEC. Neste caso não haveria flexibilidade para isentar linhas tarifárias.

Coeficiente 21 significa um corte de 58,9% e gera uma nova tarifa média de 12,3% provocando, aproximadamente, 4.000 perfurações da TEC, mas com a possibilidade de excluir 882 delas e reduzir o dano em outros 441, num total de 1.323 linhas preservadas de alguma maneira.

Coeficiente 19 significa um corte 60,9% e gera uma nova tarifa média de 11,7% provocando um pouco menos de 5.000 perfurações da TEC, mas com a possibilidade de excluir 1.235 delas e reduzir o dano em 618, o que preservaria de alguma forma um total de 1.853 linhas.

Apesar da variação entre a quantidade de perfurações, a opção pelo coeficiente maior não exclui os setores industriais mencionados anteriormente dos riscos de serem substituídos por produtos importados, inclusive porque a proposta não permite excluir setores industriais inteiros representados pelos capítulos tarifários consolidados.

A questão que envolve a negociação de coeficientes e flexibilidades foi bem explicitada pelo representante do governo sul africano após a apresentação das oito opções: “primeiro vamos definir o nível de ambição da liberalização (fórmula de cortes tarifários) e depois as exceções”.

Avaliação sobre as negociações em agricultura

Do ponto de vista de propostas concretas em termos de números, o Grupo de Negociações em Agricultura pouco apresentou até o momento. Os principais itens que estão sob consideração são:

- redução tarifária, inclusive a liberalização quase total de produtos tropicais; produtos sensíveis; disciplina para subsídios domésticos e de exportação e produtos especiais ligados à segurança alimentar e à agricultura familiar.

O texto do Presidente do Grupo Crawford Falconer, propõe alguns valores para a redução tarifária que, no entanto, são lineares e modestos em comparação com as propostas apresentadas em NAMA e ainda assim são fortemente questionados pelos países desenvolvidos.

Recentemente aventou-se a possibilidade de adotar quotas com tarifas menores para alguns produtos a depender da capacidade de absorção da concorrência por parte dos países desenvolvidos e avalia-se que pode haver avanços na redução tarifária para produtos tropicais, uma vez que estes não competem com a produção local nestes países.

Não há proposta para limitar a isenção dos produtos considerados sensíveis de reduções tarifárias como apresentada nas negociações de NAMA. As propostas para redefinir o conteúdo da “Caixa verde” e reduzir ou limitar a aplicação dos subsídios domésticos, dificilmente irão além da proposta de definir tetos por setor equivalentes a 50% do realizado até o momento, o que no caso dos EUA significaria um subsídio máximo de US\$ 25.00 por tonelada de soja e o fim dos subsídios para o algodão. É bom lembrar que esta situação do algodão é decorrente da vitória do Brasil num contencioso na OMC contra os subsídios domésticos que o governo americano aplicava a este produto, embora o tema tenha sido incluído nas negociações.

Quanto à redução dos subsídios à exportação, particularmente, da União Européia não há novidades práticas.

A política específica para os produtos especiais e aqueles ligados à agricultura familiar, foi defendida pelo Brasil e Índia, mas não é consensual sequer entre todos os membros do G – 20 e, aparentemente, vem sendo abandonada em função da prioridade governamental quanto aos demais temas.

Conclusão

Esta sendo criado um clima por parte de alguns governos com apoio da imprensa internacional e especializada de que as negociações nos grupos estão chegando ao seu final e que é o momento de iniciar o “processo horizontal”. Este processo, normalmente, ocorre quando é o momento do acordo geral ser amarrado pelos ministros que tentarão compor os números finais de todos os grupos de negociação.

O argumento favorável à realização do processo horizontal até meados de maio se deve à apresentação da nova fórmula de flexibilidades em NAMA que gerou a impressão de destravamento das negociações e a possibilidade de entendimentos em agricultura como o teto para subsídios domésticos e a adoção de quotas com tarifas menores para certos produtos.

Além dos supostos “avanços” que estariam sendo alcançados, argumenta-se também que é o momento derradeiro para se chegar a um acordo que possa ser absorvido pelo governo americano ainda durante o mandato de Bush, pois a nova administração presidencial dos EUA, seja qual venha

a ser, levaria muito tempo para definir sua política de comércio exterior e por conseqüência sua posição quanto à Rodada Doha o que poderia estender o impasse, possivelmente, por mais dois anos pelo menos.

Há posicionamentos, inclusive, a favor de um processo horizontal que envolva somente NAMA e agricultura para depois eventualmente incluir os acordos sobre os demais temas.

Nos comentários de bastidores, o governo brasileiro tem sido considerado um dos incentivadores do processo horizontal rápido.

Além disto, a pressão interna do setor de agro-negócio pela aceitação de um acordo é ser grande. Um artigo do André Nassar, presidente do ICONE, entidade especializada em negociações comerciais de agricultura expressou claramente que o atingido até então em termos de disciplina dos subsídios agrícolas era suficiente, representava um importante avanço e era o momento de concluir a rodada.

Mesmo assim, não está claro se o governo brasileiro está disposto a aceitar um acordo nos termos atuais. Mas é claro que toda negociação possui suas técnicas e a melhor proposta somente surge no final, mas pelos comportamentos e manifestações dos atores ao longo destes quase sete anos e pelas poucas alterações nos textos dos presidentes dos grupos negociadores, qualquer acordo neste momento seria rebaixado em termos de conteúdo.

Considerando o resumo das negociações em NAMA, agricultura e serviços:

- Os coeficientes em NAMA representam cortes maiores do que os países em desenvolvimento podem suportar sem prejuízos em setores industriais importantes e não está sendo respeitado o conceito de “reciprocidade menos que total”. A tática nesta negociação é a de minimizar perdas.

- Em agricultura não há reduções relevantes nas tarifas e nos subsídios à exportação. Tampouco há limites para produtos sensíveis. Há redução de subsídios domésticos, embora alguns já estivessem assegurados por decisão do mecanismo de solução de controvérsias da OMC, como no caso do algodão. Existe também a possibilidade de ampliar as exportações de produtos tropicais. A tática nesta negociação é a de obter ganhos.

- Os principais setores de serviços onde os países desenvolvidos reivindicam aberturas como telecomunicações, energia elétrica, água e saneamento básico, bancos, etc, não têm restrições à participação externa no Brasil. A questão é manter as regras nacionais ou submetê-las ao regime da OMC do qual não tem volta. Nesta área há mais a perder do que ganhar com a recusa dos países desenvolvidos em aceitar a livre circulação de mão de obra e de facilitar as remessas de dinheiro do exterior para os países de origem dos trabalhadores.

A perspectiva de uma “rodada do desenvolvimento” deixou de existir com os vários equívocos mencionados e apesar da importante iniciativa de criação do G – 20 e do NAMA – 11, os tradicionais acordos ditados pelos países industrializados de acordo com seus interesses parecem estar de volta. O esforço do governo brasileiro até aqui para alcançar um acordo equilibrado poderá ter sido em vão.

O texto acima foi resumido, porém a íntegra pode ser encontrada na página da REBRIP no endereço eletrônico www.rebrip.org.br

UNCTAD XII

A XII Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD - sigla em inglês) será realizada em Accra, Gana, de 20 a 25 de abril. Nos dias 17 a 19 de abril a sociedade civil de todo o mundo se reuniu numa conferência paralela, no sentido de unir esforços para promover a UNCTAD, defendendo o seu fortalecimento como instituição independente e analítica, e empoderada o bastante para promover um sistema global de comércio que beneficie todos os povos e proteja o meio ambiente.

Neste sentido a sociedade civil espera que a UNCTAD XXI seja transparente e comprometa-se com o diálogo permanente com organizações da sociedade civil ao redor do mundo. Uma UNCTAD fortalecida, necessariamente estará mais próxima dos povos do mundo, em busca de justiça social e econômica. A UNCTAD deve tornar-se o espaço multilateral para reflexão crítica sobre os impactos sociais e ambientais das políticas de liberalização. Deve apoiar os governos na elaboração e implementação das políticas de regulamentação de mercado, com o objetivo de promover um impacto positivo nas condições de vida das pessoas e no meio ambiente. Deve estar fundamentada em uma forma radicalmente diferente de “coerência”: uma reorientação e integração de políticas, as quais assegurem que a ordem econômica internacional seja ajustada para satisfazer as necessidades de desenvolvimento dos grupos mais afetados pela globalização conduzida pelas corporações.

Ainda assim, esperamos que os governos reforcem a UNCTAD como uma instituição independente e analítica vis-à-vis o consenso liberal, bem como a fortaleçam para cumprir esse papel. Para colaborar com os países em desenvolvimento e com os países em transição à enfrentar seus desafios, a UNCTAD deve fazer uma profunda reflexão e promover análises de políticas e estratégias alternativas de desenvolvimento.

A REBRIP, representada por Iara Pietricovsky, esteve presente no Fórum paralelo e na Conferência Oficial, nesta última como delegada da missão brasileira. Sobre o fórum paralelo nos relatou que as discussões foram centradas especialmente nas questões da África. Tema fundamental são os Acordos de Parcerias Econômicas (EPAs). Espaço político, soberania dos países, a crise do preço dos alimentos, biocombustível etc. Todos os temas aprofundados nas várias oficinas realizadas durante o período. Houve ainda um encontro da sociedade civil com o Secretário Geral da UNCTAD, Supachai e na mesa final a vice Secretária Geral Sra. Puri.

O Fórum da Sociedade Civil elaborou um documento de 11 páginas, na qual aponta que o cultivo de biocombustíveis no lugar de alimentos seria uma das causas principais da recente inflação alimentar.

Este texto foi baseado no encarte elaborado pela REBRIP e INESC que está disponível na página da REBRIP no endereço www.rebrip.org.br e no relato de Iara Pietricovsky, que circulou pelas listas de e-mail dos grupos de trabalho da REBRIP

GT Serviços

FRENTE NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

No último dia 28 de março aconteceu a reunião ampliada da FNSA, na qual estivemos como representantes da Rebrip.

Esta reunião foi considerada um marco, pois representou a retomada da participação dos trabalhadores do setor na Frente, mais especificamente dos integrantes da FNU, assegurando seu compromisso com o fortalecimento da Frente. A FNSA foi referendada como um fórum efetivo de discussões, capaz de impulsionar a discussão do saneamento ambiental no País.

Em linhas gerais, os debates trataram dos seguintes pontos:

- A importância de se trabalhar a construção da campanha da "água como direito humano". Em 2009 será lançada uma campanha nacional, articulando vários segmentos sociais;

- A etapa atual é de exigir a regulamentação e implementação da lei 11.445/07 (Política Nacional do Saneamento Básico). Assim como a FNSA deve se apropriar do debate sobre resíduos sólidos, que envolve vários integrantes da Frente. O projeto está para votação na Câmara Federal;

- É preciso cuidar para não haver retrocessos em termos de gestão pública, como por exemplo, privatizações. É importante acompanhar o caso das companhias estaduais que abriram seu capital, por exemplo, COPASA e SABESP;

- Necessidade de enfrentar a setorialização das questões relativas a água, como os problemas existentes nas áreas de mananciais (conflitos entre o direito à moradia e a contaminação das águas) ou pelo uso para energia hídrica;

- Formulação de alternativas de gestão pública eficiente: integrantes da FNSA promoverão seminários para debater e divulgar experiências de gestão pública exemplares. Neste escopo, haverá debates sobre a lei dos consórcios e as iniciativas internacionais de parceria público-público na gestão dos serviços de abastecimento de água.

PARTICIPAÇÃO NO GRUPO GATS/OWINFS

O GT Serviços participou da teleconferência do grupo GATS da OWINFS (Rede Nosso Mundo Não Está à Venda). A conferência telefônica teve como agenda a atualização das negociações gerais para destravamento da Rodada de Doha, informe sobre o capítulo de regulação doméstica, de energia e de serviços financeiros. A discussão sobre estratégia será realizada no próximo dia 06 de maio.

Em relação ao andamento das negociações, a agenda está mais centrada em NAMA (bens industriais) e agricultura. Em serviços, alguns membros do grupo apontaram preocupações em regulação doméstica, energia e serviços financeiros. Destaca-se o retorno dos *benchmarks* (parâmetros mínimos) na forma de negociar, que foram modelos durante a Ministerial de Hong Kong, no qual os países indicam níveis de liberalização por setor. Principais setores visados: serviços financeiros, transportes, logística, distribuição, telecomunicações, energia e meio ambiente.

Não ficou claro, no entanto, quais seriam as ofertas em meio ambiente. Foi informado que a Argentina está oferecendo algo relacionado a água, dentro do capítulo sobre serviços energéticos.

Até o momento, Cuba, Bolívia, Venezuela e Argentina estão apontando preocupações nas negociações de energia, mas estão sendo ignorados, demonstrando que mesmo sem consenso prévio, as negociações estão andando.

Uma Mini-ministerial deverá ser realizada em maio, possivelmente em Genebra, com a presença de mais ou menos 35 países.

O texto de serviços ainda não está pronto, mas está sendo construído baseado no documento feito pelo presidente do grupo negociador de Serviços, De Mateo, e levando em conta as modalidades que estão sendo negociadas em NAMA e Agricultura.

GT Propriedade Intelectual

GTPI APRESENTA DOIS CASOS NO TRIBUNAL DAS TRANSNACIONAIS CONTRA EMPRESAS FARMACÊUTICAS

O GTPI apresentará dois casos sobre práticas e violações de direitos perpetradas por empresas transnacionais farmacêuticas. A apresentação dos casos se dará no Tribunal das Transnacionais, que ocorrerá entre os dias 13 e 16 de maio, em Lima no Peru, e que aglutinará diversos movimentos sociais, organizações não-governamentais e sindicatos da América Latina.

O principal direito violado nos casos apresentados ao Tribunal pelo GTPI é o direito à saúde, principalmente à saúde pública. O direito à saúde é diretamente impactado pelas regras de proteção à propriedade intelectual, e esse viés será focado com ênfase, além de questões ligadas a ética em pesquisa com seres humanos e o acesso das populações aos produtos das pesquisas.

As duas empresas denunciadas pelo GTPI são: A F. Hoffmann-La Roche AG (Roche Farmacêutica) e Boehringer Ingelheim Pharma GmbH&Co.

CASO ROCHE

A principal denúncia em relação à empresa farmacêutica suíça Roche diz respeito a uma tendência já percebida em outros países em desenvolvimento. Trata-se da tentativa de interferência das empresas transnacionais nas normas dos países com vistas a atender aos seus interesses, questionando as mesmas na esfera judicial ainda que tais normas estejam plenamente de acordo com as legislações nacionais e internacionais. As querelas judiciais terminam por ampliar o tempo de monopólio das empresas e assegurar mercados. A Roche recorreu ao judiciário brasileiro questionando a legitimidade da autoridade nacional reguladora de medicamentos (no caso do Brasil, a ANVISA) para avaliar processos patentários de produtos farmacêuticos, conforme estipulado na Lei de Patentes brasileira (Lei 9.279/96, emenda Lei 10.196/01).

CASO BOEHRINGER

A transnacional farmacêutica alemã Boehringer Ingelheim produz o Tipranavir, medicamento utilizado no tratamento do HIV/AIDS. No entanto, este medicamento não pode ser comercializado no Brasil, uma vez que a empresa se recusa a fazer o registro nos órgãos nacionais competentes (no caso a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA). A empresa alega que o Brasil não está no seu atual plano de marketing.

No entanto, o medicamento foi testado em seres humanos no Brasil. Uma das principais normas internacionais que deve ser observada para realização de pesquisas em seres humanos é a garantia de retorno dos benefícios obtidos através das pesquisas para as pessoas e as comunidades onde as mesmas forem realizadas. E foi justamente esta norma que foi flagrante violada no presente caso.

GT Gênero

Atualidades do GT Gênero da REBRIP

As integrantes do GT Gênero, presentes no seminário UNASUL - Interesses em Disputa (12 e 13 de março) aproveitaram a oportunidade e se reuniram para discutir e encaminhar as atividades de 2008. Foi constatada a necessidade de uma reunião ampliada para atualização do GT. O encontro terá como foco o tema da integração regional, aliada à discussão de estratégias e será realizado na 1ª quinzena de julho (a ser confirmado).

- ❑ A continuidade do Programa de Formação do GT em Gênero e Comércio foi outro ponto de discussão. Existe uma importante demanda para o programa desde diversas entidades feministas ou mistas, e para viabilizá-lo vamos ampliar as parcerias entre a Coordenação do GT Gênero e as entidades interessadas na capacitação, de forma a viabilizar encontros em diversos estados potenciando os esforços. Chamamos as entidades interessadas a entrarem em contato com a coordenação do nosso GT.
- ❑ Debates também a participação do GT Gênero no evento Enlaçando Alternativas III, que será realizado em Lima em oportunidade da Cúpula União Européia / América Latina.
- ❑ A articulação das lutas continentais em torno da privatização da saúde pública, no âmbito da Aliança Social Continental, foi proposta e neste sentido, chamamos as entidades que se interessam em participar desta articulação, na perspectiva de trazer as propostas das mulheres para este processo.
- ❑ O Fórum Social Mundial de 2009, que se realizará em Belém do Pará, é um momento importante de mobilização para o GT. Nesse sentido, a mobilização das mulheres da região amazônica será uma prioridade. Assim dentro de nossa estratégia de fortalecer a participação das mulheres, iremos apoiar os Encontros Trans-fronteiriços que serão realizados, um na fronteira de Roraima com a Venezuela e outro na fronteira de Rondônia com a Bolívia.

Outro tema importante para o GT Gênero é a realização do II Encontro do Comitê de Mulheres da ASC - Aliança Social Continental, que o GT coordena em nível continental. O Encontro tem como objetivo principal fortalecer a atuação do Comitê, planejando sua organização para atuação interna e externa. O evento deverá acontecer este ano, ainda sem data definida, que informaremos em breve.

GT Agricultura

Não Deixem de Ler !

LIVRO: "Agrocombustíveis e a Agricultura Familiar e Camponesa – subsídios ao debate"

O livro é resultado do seminário realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 12 e 13 de julho de 2007, por iniciativa do Grupo de Trabalho em Agricultura da REBRIP e da FASE (Federação e Órgãos para Assistência Social e Educacional), com o apoio das organizações ActionAid Brasil, Fundação Heinrich Böll e Oxfam internacional. Os objetivos desse encontro foram múltiplos, podendo-se destacar a realização do "estado da arte" de tema dos agrocombustíveis no Brasil; o intercâmbio de informações entre os participantes; a contribuição para a formação de opinião crítica, definição de estratégias e planos das organizações da sociedade civil e movimentos sociais envolvidos com a temática; a socialização do conhecimento entre os integrantes do GT Agricultura e a identificação de elementos para a construção de atuação de GT e de seus aliados.

A publicação é dividida em quatro capítulos: o primeiro apresenta-se uma contextualização e problematização dos agrocombustíveis no Brasil; o segundo apresenta-se um quadro das questões do etanol e biodiesel, situando a análise no contexto global, na qual a reflexão volta-se para o impacto dos agrocombustíveis na produção agrícola e particularmente na agricultura familiar e camponesa. O terceiro capítulo traz resultados de uma ampla pesquisa que analisa as cadeias da cana-de-açúcar, da soja, da mamona, e do dendê. O quarto capítulo sistematiza as principais questões tratadas durante o seminário.

Os organizadores da publicação têm como objetivo que este livro contribua para a ampliação do debate referente à produção de agrocombustíveis no Brasil. Para ter acesso ao conteúdo do livro acesse www.rebrip.org.br.

Boletim elaborado pela Secretaria da REBRIP

Contatos: clarisse@rebrip.org.br e adhemar@dieese.org.br

REBRIP (Rede Brasileira Pela Integração dos Povos)

Tel: 55 21 25367350

Fax: 55 21 22867820

Rua das Palmeiras 90, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ Brasil

<http://www.rebrip.org.br>

As atividades da REBRIP são possíveis graças ao apoio de seus membros, e dos parceiros Oxfam, Fundação Ford, Christian Aid e Action Aid